

MOÇÃO

Pág 1 de 2

EM DEFESA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO, DO INTERIOR DO PAÍS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Tendo em consideração que:

O interior de Portugal não poder ser encarado pelo Estado Central como um encargo mas sim como uma oportunidade. O território não é apenas um espaço físico nem um sustentáculo das diferentes atividades humanas, mas sim um sistema complexo, no qual várias ligações, atividades e valores coexistem, interagem, geram conflitos e criam sinergias.

Nesta perspetiva, a coesão territorial é a condição de partida para a adequada coesão económica e social, visando garantir objetivos de equidade no acesso aos equipamentos, às infraestruturas e aos serviços, concorrendo para tal, de forma decisiva, a melhoria da prestação dos serviços públicos locais e a otimização da atividade das autarquias, que garantem o acesso das populações a níveis de qualidade de vida que de outra forma lhes estariam vedados, dado a menor intervenção direta do Estado Central no interior do país.

O Estado Central baseado numa política ultraliberal afasta-se drasticamente do interior do país, colocando os cidadãos à mercê de si próprios em áreas essenciais como a saúde, a segurança e a assistência social.

Importa pois que os cidadãos, por si, e através dos seus representantes eleitos democraticamente possam expressar a sua oposição clara e inequívoca a este abandono propositado do estado e do interior do país em detrimento do grande interesse e de um corte cego nas funções essenciais do estado.

No ano em que estamos a celebrar 40 anos do 25 de Abril, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo consciente que interpreta o sentimento de uma região, reforça o seu papel de defesa dos cidadãos, das instituições e dos interesses do interior do país, aprovando as seguintes deliberações:

- Recusar todas as políticas do governo que levem ao afastamento dos cidadãos em relação ao estado central.
- Manifestar a sua discordância em relação à nova legislação que instalou a confusão no território, no que concerne ao papel a desempenhar pelas Comunidades Intermunicipais, pelas Câmaras e pelas Juntas de Freguesia.



- Manifestar a sua discordância em relação às constantes intromissões do governo nas questões de âmbito local, nomeadamente através do estrangulamento financeiro imposto às autarquias locais.
- Reafirmar a sua discordância em relação à reorganização administrativa do território.
- Manifestar a sua discordância em relação à reorganização do mapa judiciário;
- Manifestar a sua discordância em relação ao processo de encerramento de escolas na região;
- Manifestar a sua preocupação em relação ao desagregamento do serviço nacional da saúde na região;
- Manifestar a sua discordância em relação à possibilidade de encerramento de repartições de finanças na região;
- Manifestar a sua discordância em relação ao Relatório do Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA), que adia investimentos estratégicos para o desenvolvimento da região, tais como, eletrificação da linha ferroviária do Alentejo, conclusão das obras do IP8, IP2, IC27, IC4 e a dinamização do aeroporto de Beja.
- Manifestar a sua discordância em relação ao Fundo de Apoio Municipal, que do ponto de vista dos autarcas da região, vem esvaziar as funções sociais do estado, em particular nos territórios de baixa densidade, criando injustiças e levantando dúvidas objetivas ao funcionamento das autarquias.

Dê-se conhecimento destas deliberações ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, à Ministra da Justiça, à Ministra das Finanças, ao Ministro da Educação, ao Secretário de Estado das Autarquias Locais, aos Grupos Parlamentares na Assembleia de República, às Assembleias Municipais, e à Comunicação Social.

Assembleia Intermunicipal da CIMBAL, 07 de Julho de 2014

Os eleitos do Partido Socialista